

PERMANECER EM MEIO RURAL: OPÇÕES DE JOVENS DE MOURA (BAIXO ALENTEJO)

Hélder Raposo - Licenciado em Sociologia, Docente da Escola Profissional de Moura,
(helder-raposo@hotmail.com)

Marcos Olímpio G. Santos - Centro de Investg. em Sociologia e Antropologia /
Universidade de Évora, (mosantos@uevora.pt)

Julho 2011

ÍNDICE

Introdução	2
1- Opções Metodológicas	3
2- Enquadramento Teórico Conceptual	6
2.1- Concelho de Moura	12
2.2- As respostas do Jovens que vivem em Meio Rural	13
Conclusão	17
Bibliografia	18

INTRODUÇÃO

A escolha do tema para o presente trabalho foi motivada pelo facto do primeiro co-autor habitar numa área rural do concelho de Moura, e, por isso ter considerado pertinente realizar uma investigação sociológica, para conhecer quais são os motivos que levam os jovens deste concelho a permanecerem nos locais onde residem e, a não migrarem para uma área urbana, onde em princípio poderiam ter acesso a melhores condições de trabalho e de vida.

Para o efeito foram traçados quatro objectivos. Um objectivo geral, que consiste em conhecer as causas que motivam jovens dos 19-28 anos de idade das freguesias rurais (Sobral da Adiça e Santo Aleixo da Restauração) do concelho de Moura a permanecerem no respectivo local de residência (e as implicações daí decorrentes), desagregado em três objectivos específicos, visando o primeiro conhecer a importância das causas relacionadas com o grau de escolaridade, com aspectos profissionais e familiares associados à permanência dos jovens no local de residência; o segundo propondo-se conhecer a opinião dos jovens sobre o local de residência e, o terceiro e último, intentando conhecer quais são as perspectivas que os jovens têm sobre o seu futuro, por ficarem a residir no concelho.

Para além destes objectivos e complementarmente procurou-se conhecer:

- ☐ As características dos respondentes;
- ☐ As suas ambições profissionais;
- ☐ O grau de responsabilidade de diversas entidades na criação de emprego para os jovens.

1- OPÇÕES METODOLÓGICAS

Para se alcançar os objectivos estabelecidos foi efectuada a delimitação cronológico/temporal do objecto de estudo, tendo para o efeito sido recolhidas estatísticas desde 1981 até 2001, seguidamente estabeleceu-se a delimitação geográfica/espacial que, se cingiu por motivos de operacionalidade, às freguesias de Sobral da Adiça e Santo Aleixo da Restauração, e no que respeita à delimitação tipológica, foi estabelecido que incidia sobre as causas e os motivos que contribuem para os jovens permanecerem nas duas freguesias acima mencionadas.

O tipo de estudo realizado assume a modalidade de estudo exploratório¹. Quanto aos dados utilizados na pesquisa foram fundamentalmente de carácter quantitativo, tendo sido também utilizados alguns dados de teor qualitativo.

No presente trabalho recorreu-se às três seguintes técnicas de recolha de dados: pesquisa documental sob a forma bibliográfica, inquérito por entrevista e inquérito por questionário.

Na pesquisa documental, a informação consultada estava disponível, pelo que não houve uma interferência na sua elaboração. “A pesquisa documental apresenta-se como um método de recolha de dados e de verificação de dados: visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não” (Albarello et al 1997:30). Os documentos analisados no trabalho foram sobretudo, documentos internos das entidades (ex. diagnóstico social, elaborado pela Câmara Municipal de Moura e análise de informação facultada pelo Instituto Nacional de Estatística).

Também se recorreu ao inquérito por entrevista, o qual é uma forma de comunicação verbal entre o entrevistador e o entrevistado numa relação face a face em que o primeiro procura obter informação ou opinião do entrevistado sobre o tema

¹ Tem como finalidade a formulação de um problema ou questão, o que poderá proporcionar a elaboração de hipóteses ou aumentar a familiaridade de um investigador com o fenómeno ou ambiente para uma pesquisa futura mais precisa (Tripodi, 1975:65).

ou estudo (Costa, 1998:21). Para Pauzé as entrevistas visam um objecto específico: o de chegar à compreensão de uma certa realidade, de um certo fenómeno, sendo esta intenção a do investigador (Pauzé, 1984:280). Trata-se também de um método sistemático, oral, mas em que as perguntas podem não ser as mesmas para todos os entrevistados ou, até mesmo, a ordem das perguntas pode ser alterada conforme o decorrer da própria entrevista. As entrevistas para o trabalho foram aplicadas ao Presidente da Câmara Municipal de Moura, a Directora do Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Moura e aos dois Presidentes de Junta de Freguesia em estudo (Sobral da Adiça e Santo Aleixo da Restauração). As entrevistas utilizadas foram semi-estruturadas, baseando-se na existência de três guiões diferentes de entrevistas pré-estabelecidas e precisadas as principais questões a explorar. As perguntas foram na totalidade abertas e de opinião, às quais os entrevistados foram respondendo ao longo da conversação. No trabalho foi entrevistado um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca, sendo a amostragem escolhida do tipo intencional, na medida em que a amostra é retirada deliberadamente do universo alargado. A técnica utilizada para a análise das entrevistas aplicadas, foi a análise de conteúdo na modalidade categorial.

No trabalho também foram utilizadas as entrevistas exploratórias que serviram como pré-teste de questionário que se aplicou posteriormente aos jovens. Estas entrevistas assentavam nas duas seguintes questões: i) Na opinião dos jovens, porque é que eles consideravam que havia outros jovens que ficavam a residir nas freguesias rurais do concelho de Moura e não se mudavam para uma área urbana; ii) No próprio caso, porque é que tinham ficado aí a viver e não tinham ido para uma zona urbana. Estas foram aplicadas a dez jovens, cinco em cada uma das freguesias em estudo.

A última técnica utilizada foi o inquérito por questionário o qual também se situa na área da informação não disponível. O questionário é definido por Grawitz (2001) como “um meio de comunicação essencial entre o inquiridor e o inquirido, comportando uma série de questões respeitantes a problemas sobre as quais se

espera do inquirido uma informação”². O questionário foi aplicado de forma directa, pois foi o próprio inquirido a preencher as respectivas respostas, ou seja, foi auto-administrado. O universo disponível para construir a amostra era de 238 jovens, no que toca ao cálculo da amostra a fórmula utilizada foi a adequada a uma população finita, pelo que partindo do universo referido, foi utilizado um nível de confiança de 26 o que supôs uma probabilidade de 95,5 por 100 e um erro de azar de 5%, o que proporcionou uma amostra constituída por 150 jovens. Mas como estes não se distribuían proporcionalmente pelas duas freguesias, teve de calcular-se o número de questionários que se aplicariam em cada uma dessas freguesias tendo-se concluído que se aplicariam 90 questionários em Sobral da Adiça e 60 questionários em Santo Aleixo da Restauração, sendo também calculado o número de questionários que se aplicariam quer aos rapazes quer a raparigas. A amostra é o do tipo não probabilístico, por quotas, onde os jovens teriam de preencher dois requisitos, 1) ter idades entre os 19 e os 28 anos e, 2) residir numa das duas freguesias rurais seleccionadas.

Para o tratamento informático dos dados recorreu-se a software informático, muito em especial ao programa SPSS for Windows, versão 11.5, e consistiu essencialmente na análise univariada e bivariada dos dados.

² O inquérito só deve ser utilizado quando a informação não poder ser mais rigorosamente e menos dispendiosamente obtida por outros meios: informação directamente obtida junto de entidades competentes, análise documental e outras fontes de dados. Há dois tipos de perguntas inseridas no questionário: a) perguntas fechadas (quando a liberdade de resposta do inquirido está condicionada às categorias previamente determinadas pelo investigador, dicotómicas ou não) e b) também há perguntas abertas ou livres (o inquirido constrói a resposta à questão formulada com o seu próprio vocabulário/linguagem). O questionário inclui ainda escalas de avaliação simples, com o objectivo de “permitirem que os inquiridos indicassem a intensidade das suas atitudes relativamente a determinados tópicos” (Foddy, 1996:174). Relativamente às perguntas, inseridas no questionário apresentaram-se perguntas factuais (versando sobre um conjunto de factos ou conhecimentos acerca dos quais o inquirido tinha experiência ou conhecimento, com o objectivo de o caracterizar), perguntas introdutórias (que se fizeram no início do questionário, para captar a atenção dos inquiridos), perguntas de intenção (destinaram-se a ver o que o inquirido faz relativamente a uma determinada situação), perguntas de opinião/atitude (perguntou-se acerca do que o inquirido pensava acerca de um determinado acontecimento ou facto), perguntas de avaliação (para medir a intensidade da atitude, permitindo a este graduar a sua resposta) e perguntas de selecção múltipla (quando o inquirido escolheu uma de várias respostas possíveis).

2- ENQUADRAMENTO TEÓRICO CONCEPTUAL

Neste ponto aborda-se a questão dos paradigmas de desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável, o papel das autarquias no desenvolvimento local e, a questão juvenil.

Existem dois paradigmas de desenvolvimento, na teoria do desenvolvimento, o paradigma Funcionalista, este aparece na época do pós-guerra e está influenciado por uma visão economicista do mundo. Este pressupõe que o desenvolvimento é desencadeado inicialmente apenas em alguns sectores da actividade económica, ou área geográfica e se difunde com o tempo aos outros sectores e a todo o sistema social; conceptualiza o desenvolvimento essencialmente como crescimento económico considerando-os uma e a mesma realidade; todo o relevo é colocado quase exclusivamente na vertente económica em detrimento dos outros de ordem sociocultural. A visão preconizada por este paradigma dá origem à concentração das actividades económicas privilegiando um conjunto significativo dos jovens de determinadas áreas centrais, ao mesmo tempo que atrai os jovens das áreas periféricas, mais deprimidas. Do ponto de vista deste paradigma, a localização espacial condiciona sobremaneira o desenvolvimento.

Devido à necessidade de se proporem estratégias de desenvolvimento, orientadoras de uma nova realidade social, emerge o paradigma Territorialista. Este assenta, principalmente na concepção do espaço não como espaço somente económico mas como espaço também social, onde a participação da população era a tónica dominante. Pressupõe que o desenvolvimento se alcança através da mobilização do potencial endógeno das diferentes regiões, ou seja, através da mobilização dos seus recursos, para a satisfação prioritária das necessidades básicas das respectivas populações. Este paradigma é estruturado por três correntes que designamos de alternativa, interpretativa e do territorialismo como método.

O territorialismo alternativo, emergiu no contexto do terceiro mundo, consubstancia-se numa proposta radical de produção de alternativas com base na satisfação das necessidades básicas (Martins, 1995).

O territorialismo interpretativo, surgiu nos anos setenta, orientado para a explicação dos dinamismos regionais europeus em áreas não metropolitanas. Baseia-se numa leitura que acentua a análise dos sistemas produtivos e verifica que os dinamismos económicos se associam a pré-condições sócio-culturais que constituem perfis de especialização sectorial intensa no contexto de regiões extrovertidas (Martins, 1995).

O territorialismo como método, distingue-se da óptica da análise do territorialismo interpretativo por surgir essencialmente como um quadro orientador de intervenções voluntaristas e do territorialismo alternativo, por afirmar o reforço de mecanismos de diálogo institucional entre actores colectivos locais e actores colectivos exteriores, para que se estabeleçam mecanismos de parceria central-regional-local, ou regional-regional. O diálogo institucional torna-se, então, estruturante de um método de intervenção que visa orientar-se para necessidades colectivas locais e ser participativo (Martins, 1995).

Deste modo, “a Territorialidade e a Funcionalidade, ligadas e complementares uma da outra, estão em constante interacção. As forças territoriais tinham as suas bases nas estruturas sociais construídas pela história de um determinado espaço. Os laços funcionais estão marcados pelas relações de interdependência” (Grefe citado por Braga, 1993:13/14).

De seguida aborda-se a problemática da compatibilização entre os dois paradigmas, consubstanciada através do princípio da subsidiariedade o qual constitui um processo dinâmico que deve funcionar num duplo sentido; por um lado, possibilitar a transferência de competências dos estados membros para a União Europeia, e por outro, assunção dos estados membros e das suas subdivisões territoriais de outras competências que consigam desempenhar com mais eficiência do que outro nível de actuação.

Um dos aspectos que marca mais profundamente o desenvolvimento desde os anos oitenta do século XX é o seu carácter “sustentável”, na perspectiva de que se deve ter em conta “o curto, o médio e o longo prazo, e portanto as gerações do presente e as do futuro «implicando o conceito de desenvolvimento sustentável» ” (Amaro, 1994:10).

O “desenvolvimento sustentável” é, desta forma, uma ideia inovadora que considera e se preocupa com o desenvolvimento actual, mas não esquecendo de preservar determinados aspectos qualitativos, visando, no fundo, o bem-estar presente e perspectivando o bem-estar das gerações vindouras. Trata-se, portanto, de um desenvolvimento preferencialmente centrado nas pessoas, nas suas necessidades, nas suas potencialidades e na maneira como o futuro é considerado.

É nesta perspectiva que se deve encarar o desenvolvimento futuro do concelho de Moura: um desenvolvimento que possa contar com a participação de toda a sua população, que tenha em conta a qualidade de vida das gerações vindouras e não apenas a qualidade de vida da presente geração.

Relativamente ao papel das autarquias no desenvolvimento local num processo deste tipo, vemos que são estas que asseguram a satisfação prioritária das necessidades básicas das respectivas populações, princípio esse definido pelo paradigma Territorialista no âmbito do princípio da subsidiariedade.

Às autarquias locais é-lhes atribuída autonomia financeira e patrimonial, e poder regulamentar próprio, e isto acontece a partir da entrada em vigor da nova constituição (25 de Abril de 1976).

No decreto-lei nº 100/84 de 29 de Março³, neste reconhecem-se as atribuições e as competências das autarquias locais, estando associadas à satisfação, das comunidades locais, nomeadamente, a) administração de bens próprios sob sua jurisdição; b) ao desenvolvimento; c) ao abastecimento público; d) à salubridade pública e ao saneamento básico; e) à saúde; f) à educação e ensino; g) a cultura,

³ Revogado em 1999, pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que por sua vez sofreu de uma alteração e republicação pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

tempos livres e desporto; h) à defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional e i) à protecção civil.

O excerto da lei nº 206/82 de 26 de Maio, dota as autarquias com o Plano Director Municipal (PDM), que é considerado o seu instrumento privilegiado para a articulação dos objectivos de desenvolvimento económico-social concelhio com o ordenamento do território.

As autarquias têm um papel importante para o desenvolvimento local dos seus territórios, e a sua acção deverá orientar-se para a criação das medidas políticas capazes de dinamizar o desenvolvimento a partir das suas potencialidades.

A estas é-lhes conferido o poder de intervirem de forma decisória na promoção do desenvolvimento, competindo-lhes identificar problemas, levantar situações, promover actuações que visam salvaguardar a qualidade de vida da população. Mas estas acções não devem ser isoladas, por parte do Estado ou das autarquias, mas devem sim ser acções integradas e coordenadas. Assim, atribui-se às autarquias o carácter de agente privilegiado de desenvolvimento local e de dinamizador da vida económica local.

Más para além destes, não se pode esquecer do papel dos agentes económicos, culturais e sociais, bem como dos grupos sociais e em última instância toda a população das comunidades locais, nomeadamente os jovens, para que possam ser levadas a cabo com êxito as iniciativas de desenvolvimento.

Esta questão vem mais uma vez evidenciar a problemática da população juvenil. O que é? Qual o quadro teórico em que se insere? Quais as respectivas características mais marcantes, nomeadamente no que respeita aos problemas que os assolam? Estas são questões a que se tentará dar resposta no ponto seguinte, através enquadramento da questão juvenil.

A clarificação do conceito de juventude não é de modo algum fácil, podendo mesmo ser problemática.

A juventude começa por ser uma categoria social manipulada e manipulável. Como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como “unidade social, um grupo

dotado de interesses e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manifestação” (Bourdieu, 1990:145).

Para P. Berger “não só a juventude foi colocada entre a infância e a maturidade, como fase biológica distinta, mas esta fase foi-se expandindo em ambas as direcções e criou progressivamente um mundo sócio-cultural próprio. Como tendência em geral da juventude começa sempre mais cedo e dura sempre mais tempo” (Carmo, 1980:10).

Também a UNESCO, partilha desta mesma perspectiva, tornando assim claro que a “juventude se situa num determinado nível de curva evolutiva da vida e à distância dos seus extremos: infância e velhice” (Carmo, 1980:10).

Uma outra perspectiva que poderá ser utilizada para clarificar o conceito de juventude é a perspectiva demográfica.

A. Sedas Nunes ao falar no conceito de geração demográfica refere a juventude como uma das várias gerações demográficas. Ao fazer a distinção entre as diversas gerações em que se podem agrupar os membros da sociedade portuguesa, refere: a infância; juventude (16-30 anos); maturidade jovem (31-45 anos); maturidade avançada e anciania. Nesta perspectiva “a juventude é uma geração demográfica que tende a dar origem a uma realidade sociológica específica, ou melhor, a um conjunto de grupos específicos cujo conhecimento é de grande importância para a análise das estruturas da sociedade, da cultura e do funcionamento da evolução dos sistemas sociais” (Sedas Nunes, 1988:78).

A Sociologia da Juventude tem contrastado entre duas tendências antagónicas: a primeira enquadra-se na corrente geracional e aqui a juventude é tida como um conjunto social constituído por indivíduos pertencentes a uma fase da vida.

A segunda tendência enquadra-se na corrente classista, e esta opõem-se a corrente anterior, aqui a juventude não é considerada como uma “conjunto social” homogéneo, mas sim diversificado, onde se podem encontrar diferentes “culturas juvenis”. A juventude não constitui uma realidade social homogénea e corrente, ela é encarada como uma totalidade, mas sim do prisma da diferença.

Para Manuel Braga da Cruz, a juventude é “uma situação social intermédia, que medeia entre a capacidade social de emancipação e o seu efectivo exercício, de carácter temporário e transitório” (Cruz, 1984: 286).

A juventude é assim o período de tempo necessário para os indivíduos se integrarem no sistema social, na medida em que faz a passagem da vida em família para a vida autónoma em sociedade.

É a partir do “momento” em que um indivíduo começa a desempenhar determinados papéis que estão definidos socialmente, e que desempenha funções importantes na vida social, que perde o estatuto de jovem e passa a ostentar o estatuto de adulto.

Manuel Braga da Cruz afirma que, “os limites da juventude são determinados pelas variações socioculturais, o que os torna mais fluidos variando de sociedade para sociedade, de acordo com a progressiva divisão social do trabalho e com as exigências do processo produtivo”. (Cruz, 1984: 286).

Segundo Mauger, só se pode falar em juventude quando se fizer em termos de “classe social por classe social, sexo por sexo, numa sociedade determinada numa época específica (Mauger, 1986: 50).

Após a abordagem das diferentes perspectivas do conceito de juventude, chega-se à conclusão que falar de juventude torna-se bastante ambíguo e vago se não for definida previamente uma época determinada, uma sociedade concreta e uma classe social específica, e até mesmo, objectivos que se têm em vista.

Muitos problemas afectam, hoje a juventude (dificuldades de inserção sócio-profissional; problemas de droga; de delinquência; problemas com a escola; com os pais, etc.), e isto faz com que a juventude seja um problema sociológico e em certa medida um problema social, no que se refere aos comportamentos desviantes e as necessidades de variadíssima ordem.

A noção de juventude somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a família e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento, com os consequentes problemas sociais daí derivados, dos tempos de

passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma fase da vida. A juventude tornou-se objecto de “consciência social”, a partir do momento em que se reconheceram os seus problemas e das tensões daí decorrentes.

2.1- O CONCELHO DE MOURA

De seguida apresenta-se uma breve caracterização do concelho de Moura, que se encontra localizado na margem esquerda do Rio Guadiana, ocupando uma área de 957,73 KM2 no distrito de Beja e faz fronteira nacional com os concelhos de Reguengos de Monsaraz, Portel, Vidigueira, Barrancos e Serpa e também faz fronteira (internacional) com Espanha.

A sua população é de 16 590 habitantes (Censos de 2001) e é predominantemente idosa. A taxa de natalidade apresentada pelo concelho é de 9,9 ‰ e a taxa de mortalidade é de 15,3 ‰, originando que ocorra um duplo envelhecimento da população residente no concelho.

Relativamente à estrutura económica do concelho de Moura, vemos que esta assenta essencialmente no sector primário, devido principalmente a sua localização geográfica e as políticas de agricultura.

A população empregada no concelho corresponde a 36,4% do total da população residente e esta é maioritariamente masculina, por seu lado a população desempregada representa 14,6% da população, isto vêm demonstrar o atraso que o concelho enfrenta, pois se não existirem postos de trabalho para as pessoas, estas tendem a procurar outros lugares onde existam saídas profissionais.

Assim pode dizer-se que o concelho de Moura é um típico concelho do interior do país, pois apresenta uma população muito envelhecida e não dispõe de meios suficientes para fixar a população aqui, uma vez que não existem postos de trabalho para que essa população não saia daqui.

No ponto seguinte são apresentados os principais resultados obtidos, depois de se ter aplicado os questionários e as entrevistas e também expor porque é que a

população jovem, com idades entre os 19 e os 28 anos de idade não sai das freguesias rurais do concelho de Moura, para migrarem rumo a uma área urbana.

2.2- AS RESPOSTAS DOS JOVENS QUE RESIDEM EM MEIO RURAL

Relembre-se que o objectivo geral do trabalho consiste em conhecer as causas que levam os jovens dos 19-28 anos de idade das freguesias rurais (Sobral da Adiça e Santo Aleixo da Restauração) do concelho de Moura a permanecerem no respectivo local de residência e as implicações daí decorrentes.

As causas que em algum grau influenciaram os jovens (rapazes e/ ou raparigas), dos 19-28 anos de idade, a ficarem a residir no concelho de Moura e a não trocarem este por uma área urbana são:

☐ Qualidade de vida das áreas rurais, influenciou ao máximo a decisão dos homens por continuarem a residir aqui, enquanto as mulheres dizem que esta, influenciou medianamente a sua decisão de continuarem aqui;

☐ Proximidade com a residência dos progenitores. As respostas dos homens e das mulheres vão no mesmo sentido, e ambos respondem que aquele facto tem uma influência máxima na sua decisão de continuarem aqui a residir e a não irem para uma área urbana;

☐ Colocação profissional ou local de estudo perto da zona de residência. Também aqui as respostas dos dois sexos vão no mesmo sentido pois ambos respondem que esta situação influenciou ao máximo a sua decisão de continuarem a residir aqui;

☐ Falta de emprego que afecta também as áreas urbanas. Aqui as respostas dos homens e das mulheres vão no mesmo sentido e ambos respondem que esta falta de emprego influenciou medianamente a sua decisão de continuarem a residir aqui;

☐ Reduzidas habilitações literárias dos inquiridos, embora estas não tenham uma grande influência, quer nas respostas dadas pelos homens quer pelas mulheres;

☐ Importância da opinião do (a) namorado (a) e/ou mulher/marido na decisão dos respondentes. As respostas neste caso já não são unânimes entre ambos os sexos. Assim os homens dizem que a sua namorada e ou mulher não influenciaram em nada a sua decisão de continuarem aqui, enquanto as mulheres respondem que o seu namorado e ou marido tiveram uma influência reduzida na sua decisão de permanecerem no local de residência (freguesias rurais do concelho de Moura);

☐ Acomodação e o receio de partirem. Mais uma vez as respostas dadas pelos homens e pelas mulheres são diferentes, assim para os homens esta acomodação e este receio de partirem não tiveram nenhuma influência na sua decisão em continuarem aqui a viver, ao passo que as mulheres respondem que esta acomodação e este receio de partirem influenciaram medianamente a sua decisão em continuarem aqui a residir e a não irem para uma área urbana;

Assim em conclusão podemos verificar que de todas estas causas contribuem em grau mais ou menos significativo para que os jovens dos 19-28 anos de idade fiquem a residir nas freguesias rurais do concelho de Moura.

Quanto à caracterização dos jovens inquiridos, é explanada nos parágrafos seguintes:

☐ Foram inquiridos 45% de jovens do sexo feminino e 55% de jovens do sexo masculino;

☐ Foram inquiridos jovens dos 19 aos 28 anos de idade e a idade onde houve mais inquiridos foram os jovens com 25 anos, com uma percentagem de 12,7% e a idade com menos jovens inquiridos foi a idade de 20 anos com uma percentagem de 5,3%;

☐ No que concerne ao estado civil, 79% dos jovens inquiridos são solteiros e 21% casados;

☐ Relativamente a distribuição dos jovens pelas duas freguesias rurais, foram inquiridos 60% de jovens em Sobral da Adiça e 40% em Santo Aleixo da Restauração;

☐ No que respeita à distribuição dos jovens por profissão/ocupação, há a referir que 36% dos jovens inquiridos trabalham com vínculo estável sem prazo, 31% são estudantes, 12% têm ocupação temporária, 9% estão desempregados à procura de novo emprego, 8% estão a procura de 1º emprego e 4% são estudantes/trabalhadores;

☐ Em relação a distribuição dos jovens inquiridos segundo as habilitações literárias, verifica-se que 34,7% têm o 12º ano, 28,7% têm o 9º ano, 21,3 têm o 11º ano, 7,3% têm o 6º ano ou então são licenciados.

☐ Daqueles jovens que ainda se encontram a estudar constatou-se que 52,8% frequentavam o 12º ano, 15,2% frequentavam o 2º ano da universidade, 13,2% frequentavam o 1º ano da universidade, 9,4% frequentavam o 4º ano da universidade e 7,5% frequentavam o 3º ano da universidade;

☐ No que respeita à distribuição dos jovens segundo a sua intenção de estudar, vemos que 64% pretendem tirar um curso superior, 15% pretendem tirar um curso técnico-profissional, 13% pretendem apenas fazer o 12º ano e 2% pretendem tirar um curso médio.

Sobre a opinião dos jovens acerca do concelho onde residem, (propósito do segundo objectivo específico do presente trabalho), as respostas distribuem-se como segue:

☐ 43% dos jovens inquiridos respondem que as saídas profissionais proporcionadas pelo concelho de Moura são pouco satisfatórias, 35% dizem que estas saídas profissionais não são nada satisfatórias, 18% dizem que são satisfatórias e 4% dizem que são muito satisfatórias;

☐ Sobre o futuro do concelho, 28% dos jovens inquiridos respondem que este não melhorará nem piorará, 24% respondem que este piorará razoavelmente,

14% respondem que este piorará muito, 8% dizem que este melhorará razoavelmente e 7% respondem que este melhorará pouco⁴;

Também podemos conhecer quais as perspectivas que os jovens têm sobre o seu futuro, por terem ficado a residir no concelho/freguesia e aqui estamos a dar resposta ao terceiro e último objectivo específico do presente trabalho, assim podemos concluir que:

☐ Muito apreensivos ou preocupados relativamente às perspectivas de emprego ou de continuação deste encontram-se 63% dos inquiridos, pouco apreensivos ou preocupados são 20%, e nada apreensivos ou preocupados são 14%.

☐ No que respeita à opinião dos jovens inquiridos por terem permanecido no concelho, verifica-se que 45% dos jovens respondem que trará mais desvantagens do que vantagens, 33% respondem que trará tantas desvantagens como vantagens, 11% respondem que trará mais vantagens do que desvantagens, 8% respondem que só trará vantagens. Assim podemos concluir que para uma significativa fatia de respondentes o facto de terem ficado a residir no concelho e nas freguesias trará mais desvantagens que vantagens.

⁴ Sobre o futuro da freguesia, constatou-se que as respostas dadas pelos inquiridos vão no mesmo sentido.

CONCLUSÕES

A realização deste trabalho teve como objectivo identificar as causas que motivam jovens dos 19-28 anos de idade das freguesias rurais (Sobral da Adiça e Santo Aleixo da Restauração) do concelho de Moura a permanecerem no respectivo local de residência (e as implicações daí decorrentes). A pesquisa efectuada permitiu constatar que aquelas a que é atribuída maior importância são: qualidade de vida das áreas rurais; proximidade dos progenitores, localização de local ou estudo próximo da zona de residência e, a reduzida perspectiva de emprego em áreas urbanas.

Complementarmente constatou-se também que: i) a opinião maioritária dos respondentes (78%), sobre as saídas profissionais proporcionadas pelo concelho de Moura é pouco ou nada satisfatória, ii) o futuro do concelho não oferece perspectivas favoráveis (para 66%), iii) apesar de terem decidido permanecer na zona de residência, 78% consideram que essa opção lhe trará mais desvantagens que vantagens.

Consideram ainda os respondentes que a autarquia e outras entidades competentes, devem tomar as medidas necessárias ao seu alcance, para atenuar os problemas que os jovens sentem aos mais variados níveis, respondendo aos seus interesses, expectativas e aspirações, aproveitando assim a predisposição dos que se pretendem manter nas freguesias rurais do concelho.

Estes resultados suscitam entre outras as seguintes reflexões finais: Quais são as saídas profissionais que podem ser localmente oferecidas aos jovens de Moura?

Quais são as actividades económicas em que é possível criar no concelho o próprio emprego?

BIBLIOGRAFIA

Livros

Autores citados

ALMEIDA, João e outros (1994), *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento?*, CAIS/CIES, Lisboa

BOURDIEU, Pierre (1990), *Questions de Sociologie*, Éditions Paris

CARMO, Francisco (1980), *Situação e aspirações da Juventude nos Açores*, Edição Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, Ponta Delgada

CORREIA, José A. De Oliveira (1997), *Moura Culturas e Mentalidades*, Câmara Municipal de Moura.

COSTA, Rosalina (1998), *Estudo Sociológico de Avaliação das necessidades da população do Bairro de Frei Aleixo*, Évora, Universidade de Évora, Policopiado

GRAWITZ, Madeleine (2001), *Méthodes des Sciences Sociales*, 11ª ed., Dalloz, Paris.

LIMA, Marinús Pires de (1995), *Inquérito Sociológico*, Editorial Presença, 4ª Edição, Lisboa

MARTINS, Édio L.S. Soares (1995), *Ensino, Formação profissional e Desenvolvimento Local e Regional – O caso de Beja*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Policopiado

MAIA, Rui Leandro, *Dicionário de Sociologia*, Porto Editora, Porto

NUNES, A. Sedas (1988), *Sociologia e ideologia do desenvolvimento – Estudos e Ensaio*, Edições Morais, Lisboa

RAPOSO, Hélder (2006), *Porque Ficar? Estudo Sociológico sobre os Jovens do Concelho de Moura* (Relatório de Investigação elaborado no âmbito do Seminário Temático, Variante “Planeamento e Desenvolvimento”), Évora, Universidade de Évora

TRIPODI, Tony, Fellin, Phillip (1975), *Análise da Pesquisa Social*, Livraria Francisco Alves, Editora S.A

Autores Consultados

BRANQUINHO, Elsa Cristina Sol (1997), *Perspectivas de desenvolvimento para o concelho de Mourão – O caso particular dos jovens*, Évora, Universidade de Évora, Policopiado

ECO, Humberto (1984), *Como se faz uma Tese em Ciências Sociais*, 3ª Edição, Ed. Presença, Lisboa

FODDY, William. (1999), *Como Perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta Editores.

MARTINS, Alice (1998), *Alunos do 7º, 8º e 9º ano da Escola Básica 2-3 do concelho de Mora: suas aspirações, expectativas, opiniões, valores, atitudes e preocupações*, Évora, Universidade de Évora, Policopiado

MIRA, Maria José Reis (1994), *Alentejo Litoral. Cenários de desenvolvimento*, Évora, Universidade de Évora, Policopiado

PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda – Coleção Análise Social

SANTOS, Maria Margarida Guerra (1994), *Associativismo Juvenil em Portugal: 1980-1992*, Évora, Universidade de Évora, Policopiado

Publicações periódicas

Autores Citados

AMARO, Rogério Roque (1994), “Formar para dê-s-envolver”, *Formar* (revista dos formadores), nº12

BRAGA, Domingos Afonso (1993), “Entre o território e a função: algumas notas sobre a problemática do desenvolvimento regional e local”, *A Rede para o Desenvolvimento Local*, nº 9/10, Dezembro

BRAGA, Domingos Afonso (1994), “A Problemática do Desenvolvimento Local: apontamentos sobre o quadro teórico conceptual”, *Vértice* nº 59/ Março Abril

CRUZ, Manuel Braga et al (1984), “A Condição Social da Juventude Portuguesa”, *Análise Social*, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 3ª série, Vol. XX, 2º e 3º

MAUGER, Gérard (1986), “La categorie de jeunesse”, in *Les jeunes et les autres – Contributions des sciences de l’homme à la question de jeunes*, Présenté par Michelle Perrot et coordonné par François Prout, Centre de recherche interdisciplinaire de Vaucresson, Vol. I

PAIS, José Machado (1990ª), “A construção Sociológica da Juventude – alguns contributos” *Análise Social*, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 3ª Série, Vol. XX, 1º e 2º

PAIS, José Machado (1990b), “Lazer e Sociabilidades Juvenis”, *Análise Social*, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 3ª série, Vol. XXV, 4º e 5º

ILHEÚ, José Ramalho (1993), “Do tema ao modelo de investigação – apontamentos para uso exclusivo nas aulas de Métodos e Técnicas de investigação social I e II”

Autores Consultados

AMARO, Roque José (1993), “As novas oportunidades do Desenvolvimento Local”, *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Junho

BRAGA, Domingos Afonso (1993), “As autarquias e o desenvolvimento local do emprego”, *Organizações e Trabalho*, nº 9/10, Dezembro

PEDROSO, Paulo (1997), “A formação e o Desenvolvimento Regional”, *Formar* (revista dos formadores), Junho/Setembro, IEFP

RITA, José Palma (1994), “As oportunidades dos Desempregados de longa duração em regiões desfavorecidas: o caso do Alentejo”, *Economia e Sociologia*, nº58, Évora

Outras Publicações

REDE SOCIAL DE MOURA (2002). *Diagnóstico Social do Concelho de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura

INE, *Anuários Estatísticos*, Évora, INE (diversos anos)

INE, *Recenseamentos Gerais da População*, INE, Lisboa (diversos anos)